



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM SISTEMA DE GARANTIA DOS
DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DALÍZIA AMARAL CRUZ

IMAGENS SOCIAIS DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

Perspectiva de Profissionais da Educação

BELÉM
2022

DALÍZIA AMARAL CRUZ

IMAGENS SOCIAIS DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

Perspectiva de Profissionais da Educação

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de título de especialista em Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante.

BELÉM
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C955i Cruz, Dalízia Amaral.
Imagens sociais de crianças em acolhimento institucional :
perspectiva de profissionais da educação / Dalízia Amaral Cruz. —
2022.
vi, 21 f. : il.

Orientador(a): Profª. Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -
Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação,
Especialização em Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e
Adolescentes, Belém, 2022.

1. Crianças. 2. Escola. 3. Acolhimento isntitucional. 4.
Imagens sociais. I. Título.

CDD 370

DALÍZIA AMARAL CRUZ

IMAGENS SOCIAIS DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

Perspectiva de Profissionais da Educação

Monografia orientada pela Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante, apresentada ao Curso de Especialização em Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de especialista.

APROVADA EM: 06/10/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante - UFPA (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Michele Borges de Souza - UFPA (Membro Interno)

Prof.^a Dr.^a Maria Izabel Alves dos Reis - UFPA (Membro Interno)

Prof.^o Dr.^o Elson Ferreira Costa - UFPA (Suplente)

BELÉM
2022

RESUMO

O presente estudo traça uma discussão sobre o tema do acolhimento institucional em interface com o contexto escolar. Nesse sentido, teve como objetivo analisar as imagens sociais atribuídas a crianças atendidas em serviços de acolhimento institucional e suas implicações para a efetivação do direito à convivência comunitária. Para tanto, foi realizado uma pesquisa com delineamento transversal, de natureza descritivo-exploratória e abordagem quanti-qualitativa dos dados. Participaram 50 profissionais atuantes na área da educação, que responderam a um questionário de forma voluntária. Quanto à análise dos dados, foram realizadas análises descritivas para os dados sociodemográficos e as características elencadas foram processadas pelo *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), a partir do processamento de dados para análise prototípica. Os resultados sugerem que os profissionais apresentam uma imagem negativa de crianças em situação de acolhimento institucional, em que parecem perdurar os estigmas construídos ao longo de toda a história da institucionalização brasileira. No entanto, observou-se também uma tendência de mudança das imagens sociais, ou que estas estão em processo de construção, a partir da evocação palavras com sentido positivo. Espera-se que esta pesquisa incentive o investimento em formação continuada e qualificação de profissionais que atuem com crianças e adolescentes em acolhimento institucional, estejam estes na escola ou no serviço de acolhimento, em intervenções e estratégias que contribuam para a convivência comunitária dessa população, promovendo a consciência social das implicações para o desenvolvimento socioemocional que imagens sociais negativas provocam e acentuam a exclusão social.

Palavras-Chave: Crianças, Escola, Acolhimento Institucional, Imagens Sociais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
1.1 Considerações sobre o tema	07
1.2 Referencial teórico	09
2. OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo geral	11
2.2 Objetivos específicos	11
3. METODOLOGIA	11
3.1 Participantes	11
3.2 Instrumento	12
3.3 Coleta de dados	12
3.4 Análise dos dados	13
4. RESULTADOS E DICUSSÃO	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
6. REFREÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações sobre o tema

É no Território que se estabelecem processos de transformação do Espaço físico e social/simbólico para Lugar de pertencimento, onde as pessoas ocupam este Lugar com suas territorialidades. Nesse sentido, segundo Tuan (1983), o Espaço se torna Lugar quando é experienciado, valorizado, se revestindo de múltiplos significados atribuídos pelas pessoas. Pode-se dizer, então, que a Amazônia é o Lugar que traduz os Espaços com os quais vínculos mais afetivos e subjetivos são constituídos.

Dessa forma, como psicóloga social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a autora do presente trabalho assume o rio, literalmente, como sua rua. Nele, faz sua travessia diária de lancha para garantir e lutar pelos direitos de crianças e adolescentes (e de suas famílias) em situação de acolhimento institucional no contexto amazônico, 50 minutos de Belém, no município de Barcarena no Estado do Pará. Assim, experiencia um Território vivido ativamente, com seu caráter dialético, constituindo uma topografia social, “decorrente das relações entre os que nele vivem e suas relações com os que vivem em outros territórios” (SPOSATI, 2008, p. 09 *apud* SILVA, 2013).

A Amazônia é onde se vive a territorialidade, na construção de uma trajetória de si e, portanto, é o Lugar de movências como pessoa e profissional. Nela, relações sociais são estabelecidas e estratégias de enfrentamento e resistência são construídas, diante de um modelo de desenvolvimento que tem reverberações na vida de muitas crianças e adolescentes, vítimas de graves violações de direitos, o que fere o preceito da Doutrina da Proteção Integral. De acordo com Amin (2018):

...a doutrina da proteção integral é formada por um conjunto de enunciados lógicos, que exprimem um valor ético maior, organizada por normas interdependentes que reconhecem criança e adolescente sujeitos de direito. A doutrina da proteção integral encontra-se insculpida no art. 227 da Carta Constitucional de 1988, em uma perfeita integração com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (p. 60).

A partir dessa dimensão contextual, portanto, pretende-se dissertar sobre o tema do acolhimento institucional em interface com o contexto escolar. Compreende-se que a preocupação com a garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional esteve, por séculos, ausente na trajetória da política de atendimento infantojuvenil. No Brasil, foi edificada uma cultura de institucionalização de crianças e adolescentes - referidos na vigência do Código de Menores (1927/1979) como infantes e

menores - que gerou isolamento social, exclusão e preconceito. Ao recolher e confinar crianças e adolescentes considerados desvalidos e/ou em situação irregular, as instituições asilares os apartavam da sociedade e da família de origem, de modo que sua presença era considerada prejudicial ao convívio com outras pessoas em diferentes esferas da vida social. A política era a de higienizar as cidades, uma vez que as instituições asilares eram consideradas verdadeiros depósitos de “lixos sociais” (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Historicamente, esse processo contribuiu para a consolidação de imagens sociais mais negativas do que positivas das crianças e adolescentes que precisam da medida do acolhimento institucional, nos termos atuais da lei. Assistir à infância e juventude passou a significar, desde então, segregar a criança e o adolescente da sua família e comunidade de origem.

Contudo, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a política de atendimento, até então vigente, começou a ser desconstruída, gerando avanços, a partir de uma nova noção de garantia de direitos para crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. O ECA (BRASIL, 1990) preconiza, assim, a modificação estrutural das instituições com características asilares, tais como o confinamento e o isolamento social, lançando as bases para reconfigurar as imagens negativas, historicamente associadas a esses segmentos mais vulneráveis.

O ECA (BRASIL, 1990) consolidou a Doutrina da Proteção Integral, que passou a conferir à criança e ao adolescente prioridade absoluta (Primazia, Procedência, Preferência, Privilégio). Com intuito de superar resquícios da Doutrina da Situação Irregular¹, que legitimava antigas práticas de internação, exclusão e controle, o novo paradigma institui a convivência familiar e comunitária como direito fundamental e prevê a reconfiguração social e estrutural dos chamados orfanatos, internatos e educandários, que passam a ser definidos como serviços de acolhimento, sendo caracterizados como medida de proteção excepcional e provisória, que deve ser aplicada sempre que uma criança ou adolescente encontrarem-se em risco social e pessoal.

Nesse sentido, parâmetros de atendimentos a essa demanda foram definidos em normativos específicos, como as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009). Este documento foi aprovado, a partir da previsão no Plano

¹ Conjunto de ideologias materializadas pelo Código de Mello Mattos (Código de Menores - 1979), que regulamentou rigorosamente a tutela jurisdicional a ser aplicada aos denominados menores em situação irregular (crianças e adolescentes em situação de pobreza), que eram segregados da sociedade e internados em instituições, sem respeito e dignidade, com funcionamento rígido de controle comportamental.

Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) para elaboração de parâmetros de qualidade para o reordenamento de programas de acolhimento institucional, bem como a sistematização e difusão de metodologias participativas de trabalho com famílias e comunidades.

É com essa perspectiva que a escola aparece como importante contexto de socialização e constitui dispositivo fundamental para assegurar o direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes. A articulação entre o sistema educacional e o serviço de acolhimento, assim, requer o desenvolvimento de ações de conscientização e sensibilização dos profissionais das escolas, que em algum momento podem ter matriculadas crianças e adolescentes em situação de acolhimento, para que atuem como agentes facilitadores da integração desse público no ambiente escolar, de modo a evitar, ou por que não superar, situações de preconceito ou discriminação. Tais ações podem ser materializadas, por meio da oferta de formação continuada a profissionais da educação básica e da rede de proteção integral, onde o tema da criança e do adolescente, afastados do convívio familiar, pode ser um dos eixos de discussão (BRASIL, 2009). Diante de tais considerações, o problema de pesquisa que se coloca é: quais são as imagens sociais que profissionais atuantes na educação básica atribuem a crianças em situação de acolhimento institucional?

1.2 Referencial teórico

A literatura tem conceituado imagens sociais como ideias compartilhadas a respeito de determinados grupos de pessoas ou sociedade, a partir de concepções rígidas sobre dada realidade ou fenômeno. Desse modo, tais imagens associam certas características, valores e padrões de comportamento a membros de um grupo específico, independente de conhecerem ou não os indivíduos pertencentes a ele (CORSINI, 1999; CALHEIROS; GARRIDO; LOPES; PATRÍCIO, 2015).

Diante disso, as imagens sociais geram impacto no comportamento das pessoas e quando associadas a grupos afetados diretamente pela desigualdade social, podem gerar diferentes níveis de impacto na vida destas pessoas (DOMINGUES, 2013). Sendo assim, a infância e adolescência em situação de risco e vulnerabilidade são representadas, a partir de concepções construídas por múltiplos olhares, que trazem influências de concepções teóricas e práticas com esses grupos (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2017).

As imagens sociais, assim, são elaboradas a partir da percepção de fatores ou características pessoais ou grupais, que podem ser estigmatizados por meio de estereótipos,

isto é, imagens negativas associadas a determinadas pessoas ou grupos (DOMINGUES, 2013). Trata-se de um processo de diferenciação social que produz etiquetas, por assim dizer, que apontam para distintos aspectos associados ao grupo estigmatizado, identificados pelos rótulos utilizados para designar sua posição na sociedade (papeis). Tudo isso se manifesta a partir das expectativas de papeis, que abrangem a noção de como pessoas ou grupos de pessoas devem agir em relação a essas pessoas e grupos, geralmente, envolvendo comportamentos de preconceito ou discriminação (BRONFENBRENNER, 1996; LINK; PHERLAN, 2001).

Dessa forma, como referencial teórico de sustentação para a discussão dos resultados, foi considerado o modelo teórico da Bioecologia do Desenvolvimento Humano, desenvolvido por Urie Bronfenbrenner (1917-2005). De acordo com Cruz (2019), na perspectiva bioecológica, as imagens sociais podem ser entendidas como produto das interações estabelecidas entre as pessoas, com propriedades humanas mutáveis e as diferentes dimensões ecológicas do contexto em que constroem suas experiências de vida. Tal contexto abrange, assim, uma dimensão mais imediata (o microsistema, que pode ser representado pela família, escola, serviço de acolhimento) e outra mais ampla (o macrosistema: sistema de crença, ideologia, política, estilos de vida associados, entre outros). Além disso, a autora chama a atenção para as dimensões intermediárias, caracterizadas pelas interconexões entre dois ou mais microsistemas, constituindo o mesossistema (família/serviço de acolhimento/escola) e o exossistema, que diz respeito aos ambientes em que a pessoa em desenvolvimento (criança e o adolescente) não faz parte, porém exerce influência em seu desenvolvimento, por exemplo, a Secretaria de Educação e de Assistência Social.

Com efeito, apreender as imagens sociais acerca de crianças em acolhimento institucional na perspectiva de profissionais da área da educação, permitirá compreender o que está subjacente às percepções produzidas por tais profissionais. Considera-se que a presente proposta possa trazer elementos teórico-práticos capazes de tratar a dinâmica e os limites das relações estabelecidas entre o acolhimento institucional e a escola.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar as imagens sociais atribuídas a crianças atendidas em serviços de acolhimento institucional e suas implicações para a efetivação do direito à convivência comunitária.

2.2 Objetivos específicos

- ✓ Descrever as características (imagens sociais) que os profissionais da educação básica e infantil (professores, diretores, coordenadores etc.) atribuem a crianças em situação de acolhimento institucional;
- ✓ Caracterizar sociodemograficamente os profissionais participantes da pesquisa;

3 METODOLOGIA

Trata-se de estudo com delineamento transversal, de natureza descritivo-exploratória e com abordagem quanti-qualitativa dos dados. Destaca-se que o presente estudo está vinculado ao projeto de pesquisa “Imagens Sociais de crianças e adolescentes e contextos de vida: família e instituição de acolhimento”, que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, sob o protocolo CAAE: 47997121.0.0000.5172.

3.1 Participantes

Participaram deste estudo 50 profissionais atuantes da área da educação dos estados Amapá, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo, que responderam a um questionário de forma voluntária. Como critérios de inclusão, tomaram parte desta pesquisa profissionais atuantes na área da educação básica, que aceitaram participar do estudo. E quanto aos critérios de exclusão, não foram considerados os profissionais com atuação em outras áreas, como por exemplo, profissionais da saúde e da assistência social; nem foram considerados profissionais que atuassem na educação superior e pessoas apenas com formação na área da educação, sem estar atuando ou com atuação pretérita.

3.2 Instrumento

Foi utilizado para a coleta de dados um questionário composto por questões abertas, que teve como objetivo investigar características atribuídas a crianças em situação de acolhimento institucional (ZAPPE; YUNES; DELL'AGLIO, 2016). O referido instrumento é composto por dados sociodemográficos dos participantes; características atribuídas a uma criança que vive em uma instituição de acolhimento, a uma instituição para crianças; à família de uma criança com *status* socioeconômico baixo; e à família de uma criança com *status* socioeconômico médio. Contudo, para o presente estudo, foram analisadas somente as características atribuídas à criança que vive em uma instituição de acolhimento.

3.3 Coleta de dados

Em virtude do contexto de pandemia da COVID-19 no dias atuais optou-se por coletar os dados de forma *on-line*, por meio da Plataforma *Survey Monkey*, que é uma companhia baseada em nuvem de desenvolvimento de pesquisa *on-line*. Nesse sentido, o questionário de aplicação foi vinculado à referida plataforma para ser divulgado nas redes sociais, especialmente, *WhatsApp* e *Facebook*. O participante que aceitou preencher este questionário, a partir da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado, seguiu um roteiro: inicialmente, foi solicitado a preencher a etapa sobre seus dados sociodemográficos (idade, gênero, estado civil, escolaridade, entre outros) e em seguida, foi apresentado o questionário sobre crianças e contextos de vida - famílias e instituições de acolhimento (Figura 1).

Figura 1 - Imagem Ilustrativa do Formulário de Pesquisa

1ª Etapa - DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

FORMULÁRIO - EDUCAÇÃO

Crianças e adolescentes em acolhimento institucional e seus contextos de vida

Caros colegas, profissionais da Educação, o Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Acolhimento Institucional e Adoção (NEPAIA), vinculado ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), da Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolve pesquisas na área da Psicologia do Desenvolvimento, a partir do trabalho em diversos contextos e temáticas, entre eles o acolhimento institucional e família. Nesse sentido, nós lhes apresentamos, neste momento, mais uma iniciativa de pesquisa do NEPAIA/LED/UFPA, que pretende contribuir com a discussão de temas pertinentes ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Gostaríamos, junto com vocês, a partir dessa pesquisa, pensar em estratégias que possam auxiliá-los no fazer profissional, de modo a construirmos contextos favoráveis ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Esta pesquisa, assim, tem como objetivo conhecer a sua opinião acerca de características de crianças e adolescentes hipotéticos e os seus respectivos contextos de vida (família ou serviço de acolhimento). Por esse motivo, não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados na sua opinião. Ressaltamos que não haverá risco de tratamento discriminatório ou constrangedor colocado pela realização da pesquisa, uma vez que serão tomadas todas as providências necessárias para a realização de pesquisa com seres humanos em condições de segurança. A sua participação é voluntária e suas respostas são confidenciais e serão analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

Ressaltamos que o preenchimento deste formulário tem duração de 20min a 30min, ou seja, sua participação será breve, sem nenhum tipo de custo.

Contamos com a sua participação.

3ª Etapa – Questionário CRIANÇA

Por favor, leia os textos com atenção antes de responder às questões.

O **acolhimento em Abrigo** constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de **acolhimento em instituição** consiste na colocação da **criança** ou **adolescente** aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

criança? Escreva 5 características de uma CRIANÇA que viva neste tipo de instituição*.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Você tem, ou teve, contato com crianças e/ou adolescentes que vivem, ou viveram, em instituições de acolhimento?*

Sim Não

Sexo*: Feminino Masculino

Idade*: _____

Qual a Cidade/Município onde você trabalha?*: _____

Qual o Estado onde você trabalha?*: _____

Estado Civil*: Solteiro (a) Casado (a) União estável

Outro (especifique) _____

Escolaridade*:

Ensino fundamental Ensino médio

Fonte: Registro feito pela autora, por meio de *Print Screen*.

Seguindo as orientações da resolução 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a partir da atualização do ofício 02/2021 sobre procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, o questionário foi acompanhado de uma introdução que esclareceu o objetivo geral do instrumento/estudo e informações sobre o cuidado e ausência do risco de tratamento discriminatório ou constrangedor na realização do estudo, onde todos os cuidados foram tomados para a realização de pesquisa com seres humanos em condições de segurança. Foi informado também que a participação era voluntária, podendo o participante interromper a qualquer momento e as respostas confidenciais, analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

3.4 Análise dos dados

As características elencadas foram processadas pelo *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), utilizado como ferramenta auxiliar no processo de codificação dos elementos trazidos por meio da coleta de dados (MUTOMBO, 2013), a partir do processamento de dados para análise prototípica. Nesta, foi possível identificar a estrutura imagética a partir dos critérios de frequência e

ordem de evocação das palavras provenientes da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise foi realizada a partir das respostas de 50 profissionais atuantes da área da educação, sendo 80% professores, 14% coordenadores, 2% diretores e 4% assinalaram o item ‘Outros’. Quanto à localidade, 62% dos participantes são do Estado do Pará, 26% do Amapá, 6% de São Paulo, 4% do Rio Grande do Sul e 2% de Pernambuco, dentre os quais 58% são do sexo feminino, 34% do sexo masculino e 8% assinalaram o item ‘Outros’. Quanto à escolaridade, 90% têm somente a graduação, 8% pós-graduação e 2% ensino médio. Sobre a natureza do serviço, 46% atuam em escola estadual, 44% em escola municipal, 2% em Unidade de Educação Infantil Pública e 8% assinalaram o item ‘Outros’. E 52% dos respondentes assinalaram ter/já ter tido contato com criança em acolhimento institucional. Os referidos participantes forneceram cinco respostas de evocação ao estímulo “Criança que vive em uma instituição de acolhimento”. Este estudo traz uma exploração inicial da estrutura da representação social sobre crianças atendidas em serviços de acolhimento institucional.

A média geral de frequência foi de 3,92 (frequência média das evocações). As evocações foram agrupadas conforme procedimentos de lematização (tratamento de equivalência das palavras) e a frequência mínima considerada para inclusão das palavras nos quadrantes foi de 2. Referente às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, foi empregado o critério da mediana nas ordens de evocação; como havia 5 respostas por participante, o valor do ponto de corte foi 2,81 (critério do ponto de corte da ordem de evocação).

A Tabela 1 apresenta os resultados da análise prototípica mencionada. O quadrante superior esquerdo apresenta as palavras com alta frequência (frequência maior que a média das outras palavras) e baixa ordem de evocação (palavras que foram prontamente evocadas). Elas seriam prováveis indicadoras do elemento central da imagem social que os profissionais têm. Assim, as duas palavras que provavelmente se referem a elementos centrais da imagem social sobre crianças atendidas em serviços de acolhimento institucional são “carente” e “triste”, ambas com altas frequências (maiores que 3,92) e ordens médias de evocação inferiores a 2,81. Ou seja, o conhecimento compartilhado pelos profissionais caracteriza-se

por conceber que crianças em acolhimento institucional são carentes de afeto ou pelas condições materiais e tristes, pela condição de estarem institucionalizadas.

No estudo realizado por Cruz (2019), as referidas palavras foram classificadas como negativas, tendo médias significativamente mais altas, referentes ao adolescente em acolhimento institucional. O resultado do presente estudo também corrobora a literatura, uma vez que a imagem social que prevalece acerca do adolescente institucionalizado é a negativa. Nesse sentido, o estudo realizado por Wendt, Dullius e Dell’Aglia (2017) trouxe resultados semelhantes, com destaque para as palavras “baixa autoestima” e “carente”. Do mesmo modo, os resultados da pesquisa de Calheiros et al. (2015) mostram que essa população é caracterizada predominantemente pelas palavras “agressivo” e “baixa autoestima”.

No que diz respeito a imagens sociais acerca de crianças institucionalizadas, em convergência com o estudo aqui apresentado, nos resultados da pesquisa realizada por Machado, Scott e Siqueira (2016), prevaleceram imagens negativas. Do total de características, 45,57% remeteram a ausência de habilidades ou a atributos indesejados da criança institucionalizada (agitada, agressiva e insegura). Os atributos que remetem a ausência de recursos da criança institucionalizada, financeiros ou afetivos, também foram significativos, em que as crianças foram vistas como pobres e carentes de afeto. “A carência emocional deve remeter, provavelmente, ao afastamento da família de origem” (MACHADO; SCOTT; SIQUEIRA, 2016, p. 100). Segundo os autores, ainda, estas imagens potencializam a exclusão social e dificultam a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

Nessa perspectiva, segundo Calheiros et al. (2015), do ponto de vista comunitário, é necessário desconstruir essas imagens sociais e aumentar a consciência social para as consequências negativas que elas provocam. De acordo com as autoras, as imagens sociais de crianças e jovens em situação de acolhimento podem influenciar a reintegração destas em suas comunidades, pois o estigma associado a um histórico de acolhimento institucional apresenta-se como um dos principais fatores que contribuem para a exclusão. E mais, imagens sociais negativas também podem afetar a reintegração de crianças e jovens institucionalizados na comunidade, devido ao isolamento autoimposto e da limitação da exposição social, como forma de evitar situações discriminatórias ou estigmatizantes (IBRAHIM; HOWE, 2011; CALHEIROS et al., 2015). Destaca-se, ainda, que na pesquisa de Calheiros et al. (2015) as palavras “carentes” e “tristes” foram usadas mais para descrever crianças do que jovens, conforme relatado pelos valores dos centróides do grupo canônico da função discriminante.

Tabela 1- Análise prototípica referente ao estímulo indutor “Criança que vive em uma instituição” (N = 50)

Ordem Média de Evocação (OME) < 2,81			Ordem Média de Evocação (OME) ≥ 2,81			
Palavra	Freq. ≥ 3,92	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
Carente		23	1,7	Tímida	06	3,7
Triste		21	2,7	Esperançosa	05	3,8
				Baixa-escolaridade	04	3,5
				Baixa-autoestima	04	3,2
	Freq. < 3,92					
Sonhadora		03	1,7	Insegura	03	3,7
Instável		03	1,7	Desorientada	03	3,3
Retraída		03	2,7	Frágil	03	4,0
Confusa		03	2,0	Agressiva	03	3,0
Assustada		02	1,0	Amiga	02	3,5
				Curiosa	02	4,5
				Carinhosa	02	2,4

Fonte: Elaborada pela autora do estudo, a partir da análise prototípica processada pelo IRaMuTeQ.

No quadrante superior direito tem-se a primeira periferia, com as palavras que têm alta frequência, mas que tiveram média ordem de evocação, ou seja, não foram prontamente evocadas. Assim, a palavra “tímida”, apesar de não estar na zona do núcleo central, por ter uma ordem de evocação mais alta que o ponto de corte, sugere um comportamento de retraimento da criança em acolhimento institucional, podendo ser confirmado pela palavra “retraída” no quadrante inferior esquerdo, zona de contraste, com significado semelhante e que foi prontamente evocada, apesar da frequência abaixo da média.

O resultado obtido (tímida e retraída) corroboram os achados de Calheiros et al. (2015), uma vez que a imagem social das crianças parece associada a comportamentos internalizantes (por exemplo, introvertidos) e mais emoções negativas (por exemplo, triste). Ao contrário, a imagem social de jovens estava associada a comportamentos externalizantes (por exemplo, rebeldes e agressivos).

Observa-se que existem crenças negativas associadas a crianças em situação de pobreza e institucionalizadas (abandonadas, problemáticas, revoltadas, carentes de afeto), o que interfere na inclusão social, devido à discriminação, exclusão e estereótipos associados a este segmento da sociedade, a qual deve desconstruir essas imagens e colocar em prática ações preconizadas pelas normas vigentes, que defendem os direitos das crianças, as reconhecendo em seu estatuto de cidadãos (SCOTT, 2016).

Dessa forma, no quadrante inferior direito, segunda periferia, foram indicadas as palavras com menor frequência e maior ordem de evocação, ou seja, não foram as primeiras palavras evocadas pelos profissionais. Contudo, mesmo com baixa frequência, pode ser um indício de modificação das imagens sociais, ou que estas estão em processo de reconstrução, daí que se pode observar palavras com sentido positivo: “amiga”, “curiosa” e “carinhosa”.

Destaca-se que com a reconfiguração da institucionalização de crianças e adolescentes pelo ECA (BRASIL, 1990) e com as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009), os serviços de acolhimento deixaram de ser o único microssistema das crianças e adolescentes acolhidos. E ao contrário das instituições totais, os serviços de acolhimento devem garantir a que crianças e adolescentes participem de múltiplos microssistemas, dentre os quais tem-se a escola. Por isso, é fundamental que os serviços de acolhimento sejam articulados com o sistema educacional, pois a escola caracteriza-se como importante contexto de convivência comunitária (BRASIL, 2009).

Na perspectiva bioecológica, a qualidade das conexões estabelecidas entre os ambientes² dos quais as pessoas fazem parte define a força de um mesossistema no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, quanto mais força as ligações entre o mesossistema serviço de acolhimento/escola tiverem e mais fatores com força de influência existirem, mais forte será a importância das relações mesossistêmicas para a pessoa em desenvolvimento (TUDGE, 2008; BRONFENBRENNER, 1996). Assim, no tocante a crianças e adolescentes em situação de acolhimento, os serviços de acolhimento devem fortalecer os canais de comunicação com as escolas, no sentido de alinharem seus objetivos para favorecer o desenvolvimento humano, bem como para desconstruir imagens sociais negativas atribuídas a crianças e adolescente institucionalizados.

Com efeito, a partir do desenvolvimento do presente estudo, pretende-se contribuir com o debate sobre o tema em âmbito social, político, histórico e acadêmico sobre os direitos de crianças em risco pessoal e social, de modo a ampliar e tornar mais claras as estratégias desenvolvidas para a promoção desses direitos, sobretudo, estratégias de garantia do direito à convivência comunitária. Os saberes produzidos a partir da apreensão das imagens sociais podem colaborar com a elaboração de formas efetivas de ação, capazes de favorecer a relação entre o serviço de acolhimento e o contexto escolar com uma configuração mais próxima e real ao que preconiza o ECA (BRASIL, 1990).

² O **microssistema** refere-se aos ambientes imediatos em que a pessoa convive diretamente (a família e a escola, por exemplo). O **mesossistema** diz respeito às inter-relações entre os ambientes imediatos, dos quais a pessoa faz parte, no sentido de como eles se articulam em prol do desenvolvimento (família/escola/família extensa/vizinhança etc.). O **exossistema** engloba aqueles ambientes em que a pessoa (no caso a criança) não é participante ativa, mas interfere diretamente em seu desenvolvimento (Conselho Tutelar, por exemplo). O **macrossistema** é formado pelos valores culturais, crenças, aspectos históricos, sociais, ideológicos que afetam os sistemas anteriores, caracterizando padrões generalizados e determinando propriedades específicas desses sistemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens sociais são formadas entre experiências compartilhadas nos ambientes imediatos (microssistemas) e na inter-relação (mesossistema) das interações sociais em que as pessoas vivem, considerando também os contextos de desenvolvimento externo e remoto, que envolvem o exossistema e o macrossistema. Assim, a maneira pela qual as imagens sociais são propagadas, ganham força estigmatizante, com implicações negativas para as interações e desenvolvimento social.

Diante disso, a realização de pesquisas sobre imagens sociais acerca de determinados grupos sociais são importantes para a discussão das implicações de tais imagens para o desenvolvimento humano. No caso de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, a literatura demonstra que os atributos e identidades destes indivíduos são associados a imagens socialmente estereotipadas. Contudo, é incipiente a produção científico-acadêmica sobre imagens sociais acerca da criança e do adolescente em situação de acolhimento institucional, a partir da perspectiva de profissionais da área da educação. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo analisar as imagens sociais atribuídas a crianças atendidas em serviços de acolhimento institucional e suas implicações para a efetivação do direito à convivência comunitária.

A partir dos resultados obtidos com o a análise prototípica, foi possível observar que apesar de o ECA (BRASIL, 1990) prever novas práticas de cuidado e de atendimento à população em situação de acolhimento institucional, ainda parecem perdurar os estigmas construídos ao longo de toda a história da institucionalização de crianças e adolescentes brasileiros, em que imagens sociais mantêm-se cristalizadas no imaginário (WENDT et al., 2017). Dessa forma, os resultados do presente estudo corroboram outros (CALHEIROS et al., 2015; WENDT et al., 2017; CRUZ, 2019), nos quais os atributos associados a crianças e jovens em acolhimento institucional foram de valência negativa. No entanto, ainda que com baixa frequência, observou-se tendência de mudança das imagens sociais, ou que estas estão em processo de construção, a partir da evocação palavras com sentido positivo, como “amiga”, “curiosa” e “carinhosa”.

Espera-se, assim, que este estudo incentive o investimento em formação continuada e qualificação de profissionais que atuem com crianças e adolescentes em acolhimento institucional, estejam estes na escola ou no serviço de acolhimento, em intervenções e estratégias que contribuam para a convivência comunitária dessa população, promovendo a

consciência social das implicações para o desenvolvimento socioemocional que imagens sociais negativas provocam e acentuam a exclusão social.

Sugere-se que pesquisas futuras sejam realizadas com abordagem comparativa acerca das imagens sociais atribuídas a crianças e adolescentes de diferentes contextos e *status* socioeconômicos distintos, a partir da perspectiva de profissionais de outras áreas como, por exemplo, profissionais da assistência social. Além disso, coloca-se como proposta o desenvolvimento de um projeto de intervenção junto às Secretarias Municipal e Estadual de Educação, com vistas à realização de palestras para a comunidade escolar sobre a História da Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil.

No mais, um estudo comparativo das zonas dos núcleos centrais de grupos diferentes acerca do mesmo objeto é importante, no sentido de fornecer dados de representações imagéticas, verificando se há diferenças de núcleos centrais. É necessário, ainda, considerar sempre o contexto social do qual grupo e objeto fazem parte, pois assim o pesquisador poderá ter uma compreensão satisfatória do fenômeno (WACHELKE; WOLTER, 2011).

6 REFERÊNCIAS

AMIN, A. R. Doutrina da Proteção Integral. *In*: MACIEL, K. R. F. L. A. (Coord.), **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 60-66.

BRASIL, Estatuto da criança e do adolescente. Diário Oficial da União. **Lei nº 8.069, de 16 de julho de 1990**. Brasília, DF, 1990.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: Conanda, 2009.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Conanda, 2006.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CALHEIROS, M. M.; GARRIDO, M. V., LOPES; D.; PATRÍCIO, J. N. Social images of residential care: how children, youth and residential care institutions are portrayed? **Children and Youth Services Review**, 55, p. 159-16, 2015.

CORSINI, R. **The Dictionary of Psychology**. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999.

CRUZ, D. A. **Adolescentes em Acolhimento Institucional: Imagens Sociais e o Direito à Convivência Comunitária**. 2019. Tese (Doutoramento em Teoria e Pesquisa do Comportamento) - Universidade Federal do Pará, 2019.

DOMINGUES, A. L. **Imagens Associadas às Famílias de Crianças e Jovens em Acolhimento Institucional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Proteção de Menores)- Instituto Universitário de Lisboa, 2013.

IBRAHIM, R.W.; HOWE, D. The experience of Jordanian careleavers making the transition from residential care to adulthood: The influence of a patriarchal and collectivist culture. **Children and Youth Services Review**, 33, p. 2469-2474, 2011.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing stigma. **Annual Review of Sociology**, 27, p. 363-385, 2001.

MACHADO, M. S.; SCOTT, J. B.; SIQUEIRA, A. C. Crianças institucionalizadas e suas famílias de origem: as imagens sociais e seus reflexos na garantia de direitos. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 3, n. 6, 2016.

MUTOMBO, E. A bird's-eye view on the EC environmental policy framing: Ten years of Impact assessment at the commission. **International Conference On Public Policy**, p. 2-38, 2013. Recuperado em www.icpublicpolicy.org.

PATIAS, N. D.; SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. **Psicologia & Sociedade**, 29, p. 1-11, 2017.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SCOTT, J. B. **Imagens sociais e infância: concepções e estigmas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

SILVA, J. R. de A. da. Assistência Social no território das águas. *In*:CAMPOS, E. B. (Org.). **Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social**. Belém: ICESA/UFPA, pp. 83-94, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

WACHELKE, J.; WOLTER, R. Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 521-526, 2011.

WENDT, B.; DULLIUS, B.; DELL'AGLIO, D. D. Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. **Psicologia: Ciência e Profissão**,v. 37, n. 2, p. 529-541, 2017.

ZAPPE, J. G.; YUNES, M. A. M.; DELL'AGLIO, D. D. Imagens sociais de famílias com crianças e adolescentes: impacto do *status* socioeconômico e da institucionalização. **Pensando Famílias**, v. 20, n. 1,p. 83-98, 2016. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/>.